

GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A.

CNPJ 34.731.244/0001-66

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)					Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)						
Balanco patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)					Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.821	156.360	21.531	163.160	Fornecedores	16	-	13	2.896	4.108
Contas a receber clientes	10	-	-	347	677	Empréstimos e financiamentos	15	18.438	24.134	18.438	24.134
Receitas a faturar	10	-	-	2.958	-	Obrigações fiscais	-	1	64	333	372
Adiantamentos a fornecedores	-	-	40	-	586	Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	1.336	426
Créditos com partes relacionadas	11	-	3	-	3	Partes relacionadas	11	8.000	158.883	10.759	159.361
Impostos a recuperar	1.341	31	1.404	95	205	Outras contas a pagar	-	31	-	38	-
Outras contas a receber	-	-	-	66	201	Passivo de arrendamento	14	-	-	402	571
Total do ativo circulante		3.162	156.434	26.306	164.722	Total do passivo circulante		26.470	183.094	34.202	188.972
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Investimentos	12	193.273	220.529	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	149.185	136.759	149.185	136.759
Imobilizado	13	641	-	191.173	217.975	Partes relacionadas	11	-	3	-	23
Ativo de direito de uso	14	-	-	9.494	10.904	Outras contas a pagar	-	-	31	-	100
Ativo intangível	-	26	26	26	26	Passivo de arrendamento	14	-	-	9.272	10.660
						Provisão para desmobilização	17	-	-	12.893	-
Total do ativo não circulante		193.940	220.555	200.693	228.905	Total do passivo não circulante		149.185	136.793	171.350	147.553
Total do ativo		197.102	376.989	226.999	393.627	Patrimônio líquido					
						Capital social	18	26.655	56.795	26.655	56.795
						Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
						Variação de participação em controlada	-	-	-	-	-
						Reservas de lucros	-	307	307	307	307
						Prejuízos acumulados	-	(5.515)	-	(5.515)	-
						Total do patrimônio líquido		21.447	57.102	21.447	57.102
						Total do passivo e patrimônio líquido		197.102	376.989	226.999	393.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)				
	Nota	Capital social		Total do patrimônio líquido
		2022	2021	
01 de janeiro de 2021				
Aumento de capital	17	104.169	-	104.169
Redução de capital	17	112.626	-	112.626
Lucro líquido do exercício	17	(160.000)	-	(160.000)
Destinação do lucro	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	19	19
Transferência para retenção de lucros	-	-	288	288
Saldo em 31 de dezembro de 2021		56.795	19	57.102
Aumento de capital	17	7.749	-	7.749
Redução de capital	17	(37.889)	-	(37.889)
Prejuízo do exercício	-	-	(5.515)	(5.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		26.655	19	28.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas				
--	--	--	--	--

1 Contexto operacional: A GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A. ("GDPar Solar" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 2 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica. Em 26 de outubro de 2022 foi alterada a denominação social da Companhia para GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A. (anteriormente GDPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.). Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 482/2012 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A GDPar Solar tem como principais clientes a Origio Energia, Magazine Luiza e Claro S.A., empresas com sólida capacidade de crédito e bem estabelecidas no mercado brasileiro. Os projetos da GDPar Solar foram adquiridos através de parceiros com larga experiência de mercado, todos em fase inicial de desenvolvimento. Logo após a aquisição foram contratados Epistas de primeira linha para construção de Usinas Alocadas nas seguintes Usinas SPES. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

1.1 Relação das entidades controladas:

Controladas diretas	% de Participação	
	2022	2021
UFV Origio Energia:		
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	100

Controladas diretas:

UFV Magazine Luiza (a):	% de Participação	
	2022	2021
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100

Empresas Imobilizado	UFV BA II		UFV PB I		UFV Pernambuco II		UFV Rio Grande do Sul II		UFV RN I		UFV RS I		UFV SC I		UFV SP VI		Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Ativo de direito de uso	5.864	3.392	148	233	4.463	5.339	3.804	6.041	3.804	10.683	4.657	44.981	1.044	1.044	1.044	1.044	52.224
Outros ativos	105	115	79	32	12	16	15	42	40	21	224	153	1.088	159	7266	36.889	37.889
Total do ativo	5.969	4.255	4.773	5.568	3.966	6.287	10.766	4.883	10.766	4.883	46.467	5.578	10.766	4.883	46.467	37.889	46.467
Partes relacionadas	45	17	28	16	15	42	40	21	224	153	1.088	159	7266	36.889	37.889	37.889	37.889
Passivo de arrendamento	-	152	244	184	156	199	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	189	3	2124	5	77	4789	79	7266	159	7266	36.889	37.889	37.889	37.889	37.889	37.889
Patrimônio líquido	5.924	3.897	4.498	3.244	3.790	5.969	5.937	4.630	37.889	4.630	37.889	37.889	37.889	37.889	37.889	37.889	37.889
Total do passivo e patrimônio líquido	5.969	4.255	4.773	5.568	3.966	6.287	10.766	4.883	10.766	4.883	46.467	5.578	10.766	4.883	46.467	37.889	46.467

2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as pronouncements do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores em 22 de fevereiro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **4 Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: *** Nota explicativa 14 - Arrendamentos-Determinação se os contratos de arrendamentos se classificam em operacionais ou financeiros. b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa: *** Nota explicativa 14 - Arrendamentos-Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento. Mensuração do valor justo:** Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23-Instrumentos financeiros. **6 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. **7 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: (i) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **d. Imposto de renda e contribuição social: Controladora - corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas destes impostos definidas, atualmente, para a contribuição social. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **Controladas:** O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas Companhias, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo

custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **(v) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **f. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: *** e** mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e *** seus** termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: *** eventos** contingentes que modificarem o valor ou a época dos fluxos de caixa; *** termos** que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; *** o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;** *** e os** termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente-o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros-Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros-classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente-o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros-Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros-classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente-o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecip

... continuação

mento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado desta maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos):** ARO (Asset Retirement Obligation): os custos relacionados aos eventos de desmobilização das Usinas Fotovoltaicas que serão realizados imediatamente antes da devolução dos terrenos arrendados aos proprietários, definidos como eventos de descomissionamento ou desmantelamento, são registrados a valor presente aumentando o valor do ativo em contrapartida a uma obrigação, desde que possam ser estimados de forma razoável. Os ativos são depreciados linearmente ao longo do contrato de arrendamento e os passivos atualizados por taxas de juros futuras. Ao término do exercício findo em 31/12/2022, a companhia passou a registrar também provisões para desmantelamento das Usinas Fotovoltaicas, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 13 e 16. **J. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **(i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo de isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido naquela data. Para todas outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorreram após o início do período mais antigo apresentado. As operações do Grupo são efetuadas pelas controladas, que adotam como regime o lucro presumido, de forma, que a Administração entende que não há expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(ii) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • IFRS 17 Contratos de seguro; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2); • Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos conta movimento	1	3	194	3.442
Aplicações financeiras	1.820	156.357	21.337	159.718
	1.821	156.360	21.531	163.160

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2022 e 2021, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber clientes (a)	-	-	347	677
Receitas a faturar (b)	-	-	2.958	-
	-	-	3.305	677

a) Contas a receber de clientes Órigo e Claro; b) Receitas a faturar são decorrentes da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs Autogeração Solar (vide nota explicativa 1.1) com a compensação aferida pelas faturas dos clientes As contas a receber são valores a receber em sua maioria originados das receitas de locações e manutenções. As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após a data de encerramento destas demonstrações financeiras. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia não apresenta valores vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **11 Partes relacionadas:** As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos de ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Circulante				
Mútuos				
Autogeração Solar Alegrete	-	2	-	2
Outros	-	1	-	1
Total de Partes relacionadas-Ativo	-	3	-	3
Passivo				
Circulante e Não Circulante				
BRL Solar Equipamentos Ltda (a)	-	-	-	2.541
GD Geração Distrib. Part. S.A.(b)	8.000	158.883	10.759	159.361
Total Circulante	8.000	158.883	10.759	161.902
GD Solar Energia Ltda	-	2	-	22
GD Solar Holding S/A	-	1	-	1
Total Não Circulante	-	3	-	23
Partes Relacionadas-Passivo	8.000	158.886	10.759	161.925

(a) Fornecedor de equipamentos de usinas fotovoltaicas e ex-acionista da Companhia. A desvinculação societária deste fornecedor ocorreu em 2021; (b) Em 2021 o montante de R\$158.883 se refere a redução de capital, por ser excessivo ao objeto social, conforme AGE de 19 de outubro de 2021 e R\$478 de compartilhamento de despesas, conforme contrato. Em 2022, o montante de R\$ 143.335 foi liquidado. **(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Administração da Companhia não é remunerada por esta Companhia, conforme cláusula 6.2 do Estatuto Social. A remuneração da Administração é de responsabilidade da controladora GD Geração Distribuída Participações S.A.

12 Investimentos: a. Composição do saldo:

	% Participação			
	2022	2021	2022	2021
Investidas				
UFVs Origo Energia	100	100	111.867	107.640
UFVs Magazine Solar	100	100	-	33.422
UFVs Autogeração Solar	100	100	81.406	79.467
Saldo de Investimentos			193.273	220.529

b. Movimentação de 2022:

	Aumento de capital / AFAC		Dividendos	Equivalência Patrimonial	2022
	2021	Cisão			
Investidas					
Autogeração Solar					
Solargrid Autogeração					
Solar Bahia Ltda	30.360	-	(2.678)	3.096	30.778
Autogeração Solar São Paulo Ltda	27.762	-	(2.023)	2.129	27.868
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda	11.382	-	(395)	629	11.616
Autogeração Solar Alegrete Ltda	9.963	52	-	1.129	11.144
		52	(5.096)	6.983	81.406
Total Autogeração Solar	79.467				
UFVs Origo Energia					
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.472	-	(207)	770	13.035
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.328	-	(477)	929	12.780
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.338	-	(85)	399	11.652
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.631	50	(115)	542	12.108
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.515	20	(105)	131	12.561
UFVSPPE XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.509	10	(273)	553	12.799
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.445	-	(851)	1.555	12.149
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.918	-	(930)	1.606	12.594
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	11.484	-	(1.102)	1.807	12.189
Total UFVs Origo Energia	107.640	80	(4.145)	8.292	111.867
UFVs Magazine Luiza					
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.901	616	(4.497)	(20)	-
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.347	607	(5.924)	(30)	-
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.489	314	(3.790)	(13)	-
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.492	418	(3.896)	(14)	-
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	4.413	150	(4.630)	67	-
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.122	842	(5.937)	(27)	-
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.455	535	(5.970)	(20)	-
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	2.203	1.054	(3.243)	(14)	-
Total UFVs Magazine Luiza	33.422	4.536	(37.887)	(71)	-
Total em Investidas	220.529	4.668	(37.887)	(9.241)	15.204

(a) Reorganização societária do Grupo GDSun, conforme detalhado na Nota explicativa nº 1.2.

c. Movimentação 2021

	Aumento de capital / AFAC		Ajuste de Conferência de cotas	Investimentos	Equivalência Patrimonial	2021
	2020	2020				
Investidas						
Autogeração Solar						
Solargrid Autogeração						
Solar Bahia Ltda (a)	-	-	29.122	-	1.238	30.360
Autogeração Solar São Paulo Ltda (a)	-	-	26.978	-	784	27.762
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda (a)	-	-	10.536	421	425	11.382
Autogeração Solar Alegrete Ltda (a)	-	171	9.719	94	(21)	9.963
Total Autogeração Solar	-	171	76.355	515	2.426	79.467
UFVs Origo Energia						
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.534	3.008	-	-	(70)	12.472
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.246	3.128	-	(46)	12.328	
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.284	2.096	-	(42)	11.338	
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.191	2.499	-	(59)	11.631	
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.533	3.030	-	(48)	12.515	
UFV SP XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.556	3.021	-	(68)	12.509	
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.139	2.530	-	(224)	11.445	
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.216	2.893	-	(191)	11.918	
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.250	2.455	-	(221)	11.484	
Total UFVs Origo Energia	83.949	24.660	-	(969)	107.640	
UFVs Magazine Luiza						
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.574	1.350	-	(23)	3.901	
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.658	1.719	-	(30)	5.347	
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	1.632	1.875	-	(18)	3.489	

GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A.

	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	1.685	1.828	-	(21)
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.408	2.031	-	(26)
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	3.779	1.372	-	(29)
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	2.783	2.714	-	(42)
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equip. Fotovoltaicos Ltda.	1.579	642	-	(18)
Total UFVs Magazine Luiza	20.098	13.531	-	(207)
Total em Investidas	104.047	38.362	76.355	515

(a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021 por conferência ao capital social da Companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) nas referidas SPEs. **d. Dados sobre controladas:**

	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Autogeração Solar Bahia Ltda				
Ativo total	32.564	31.656	-	-
Passivo total	29.468	30.418	-	-
Resultado do exercício	3.096	1.238	-	-
Patrimônio líquido	30.778	30.360	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE. b) resultado do exercício / período.				
Autogeração Solar São Paulo				
Ativo total	29.227	28.691	-	-
Passivo total	27.998	27.907	-	-
Resultado do exercício	2.129	784	-	-
Patrimônio líquido	27.868	27.762	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE. b) resultado do exercício / período.				
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda				
Ativo total	12.427	11.997	-	-
Passivo total	11.798	11.761	-	-
Resultado do exercício	629	425	-	-
Patrimônio líquido	11.616	11.382	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE. b) resultado do exercício / período.				
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda				
Ativo total	14.209	13.508	-	-
Passivo total	13.439	13.578	-	-
Resultado do exercício	770	(70)	-	-
Patrimônio líquido	13.035	12.472	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda				
Ativo total	13.462	12.932	-	-
Passivo total	12.533	12.978	-	-
Resultado do exercício	929	(46)	-	-
Patrimônio líquido	12.780	12.328	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE. b) resultado do exercício / período.				
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda				
Ativo total	12.932	12.675	-	-
Passivo total	12.533	12.718	-	-
Resultado do exercício	399	(42)	-	-
Patrimônio líquido	11.652	11.338	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE. b) resultado do exercício / período.				
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda				
Ativo total	12.932	12.675	-	-
Passivo total	12.533	12.718	-	-
Resultado do exercício	399	(42)	-	-
Patrimônio líquido	11.652	11.338	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE. b) resultado do exercício / período.				
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda				
Ativo total	14.149	13.425	-	-
Passivo total	13.607	13.484	-	-
Resultado do exercício	542	(59)	-	-
Patrimônio líquido	12.108	11.631	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na referida SPE. b) resultado do exercício / período.				
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda				
Ativo total	14.108	14.137	-	-
Passivo total	13.977	14.184	-	-
Resultado do exercício	131	(48)	-	-
Patrimônio líquido	12.561	12.515	-	-
Participação societária em controladas*	100%	100%	-	-
a) Participação societária transferida em 30 de setembro de 2021, com base no balanço de agosto de 2021, por conferência ao capital social da companhia das quotas detidas pela GD Geração Distribuída (única acionista da companhia) na refer				

... continuação

de desmantelamento totaliza R\$12.893. **17 Patrimônio líquido:** a. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 26.655 (R\$ 56.795 em 2021), representado por 242.786.866 ações ordinárias e preferências, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2022

Acionistas	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	%	RS
GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	100	26.655
	242.786.866	-	100	26.655

i) Movimentação Ações Ordinárias

Acionistas	Ações ordinárias	Emissões Ações ordinárias	Conversão Ações ordinárias	(Cessão) Ações ordinárias	2022 Ações ordinárias	RS
GD Geração Distribuída Participações S.A.	242.786.866	-	-	-	242.786.866	242.786.866

Em 30 de setembro de 2021 a sócia GD Geração Distribuída Participações S.A aumentou o capital social no montante de R\$ 108.917, mediante a emissão de 108.917.478 de novas ações ordinárias nominativas, integralizadas da seguinte forma: (a) 32.562 em moeda corrente, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital e (b) 76.355 mediante a conferência ao capital social de 100% das cotas das SPEs: Autogeração Solar Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Alegre, passando o capital social de R\$ 104.169 para R\$ 213.086. Em 19 de outubro de 2021 a Companhia aprovou a redução do capital social em R\$ 160.000, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, permanecendo inalterada a quantidade de ações, passando o capital social de R\$ 213.086 para R\$ 53.086. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.709, mediante a emissão de 3.708.753 de novas ações ordinárias nominativas, integralizadas em moeda nacional, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital, passando o capital de R\$ 53.086 para R\$ 56.795; também foi aprovado a conversão das 100.000 ações presenciais em ações ordinárias. Em 30 de abril de 2022 a Companhia aprovou a redução do capital social em R\$ 37.889, mediante a cisão parcial dos seus investimentos para a empresa GDPar SN Participações em Projetos Solares S.A., correspondente a participação societária das Empresas UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV RS I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV Rio Grande Do Sul II Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV RN I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV PB I Locação De Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. Permanecendo inalterada a quantidade de ações, passando o capital social de R\$ 56.795 para R\$ 18.906; Em 09 de setembro de 2022 foi aprovado conforme AGE a alteração da denominação social da Companhia para GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A. (anteriormente GDPar GD Solar Participações em Projetos Solares S.A.). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.749, mediante capitalização de créditos oriundos de transações entre partes relacionadas detidas pela única acionista da Companhia, devidamente contabilizadas nas demonstrações financeiras da Companhia. O aumento de capital aprovado é realizado sem a emissão de novas ações, tendo em vista que as ações da Companhia não possuem valor nominal, passando o capital de R\$ 18.906 para R\$ 26.655 (iii) **Reservas: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (iv) **Destinação de lucros:** O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 0,001%. Durante os exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas. Por consequência, o saldo remanescente de lucro em 2021 foi destinado a reserva de retenção de lucros e em 2022 a Companhia obteve prejuízo.

18 Receita operacional líquida:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional bruta		
Receita de serviços prestados	35.770	5.896
Subtotal Receita operacional bruta	35.770	5.896
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(1.423)	(256)
Receita operacional líquida	34.347	5.640

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita de locações	32.370	4.632
Receita de operação e manutenção	3.400	1.264
Total receita serviços prestados	35.770	5.896

19 Custos das vendas:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Depreciação das usinas	(7.258)	(2.017)
Depreciação de direito de uso	(355)	(111)
Manutenção	(3.232)	-
Compartilhamento (Salários e encargos-Times: O&M, GDE e SSMA)	(1.765)	-
Compartilhamento (Outros custos- Times: O&M, GDE e SSMA)	(624)	-
Outros custos -seguros e outros	(937)	(76)
Total	(14.171)	(2.581)

20 Despesas gerais e administrativas:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Serviços tomados	(182)	(156)	(673)	(682)
Despesas com pessoal compartilhadas	-	-	(81)	(352)
Outras despesas gerais e administrativas	(17)	(39)	(397)	(389)
Despesas tributárias	(193)	(105)	(240)	(126)
Total	(392)	(300)	(1.391)	(1.549)

21 Resultado financeiro:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas Financeiras	4.093	2.198	5.330	2.288
Outras receitas	3	-	14	-
Total	4.096	2.198	5.344	2.289

Despesas Financeiras

a) De empréstimos e financiamentos (a)	(23.420)	(3.129)	(23.420)	(3.129)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.180)	(377)
Amortização dos custos dos empréstimos (a)	(1.002)	(159)	(1.002)	(159)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(15)	(14)
Outras despesas	-	-	(6)	(47)
Total	(24.423)	(3.289)	(25.623)	(3.772)

Total

a) Decorrente das 20 notas promissórias emitidas em outubro de 2021 (vide nota explicativa 15).	(20.327)	(1.091)	(20.279)	(1.437)
22 Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro presumido				

Receita com prestação de serviços

Percentual de presunção	35.770	5.896	32%	32%
Base de cálculo após presunção	11.446	1.887		
Receita financeira	14	72		
Base de Cálculo	11.460	1.959		

IRPJ-15%

Adicional IRPJ-10%	1.717	294		
CSLL-9%	1.274	126		
Total de IRPJ e CSL	1.030	176		
Total de IRPJ e CSL	4.021	596		

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estão enquadradas no regime de tributação do lucro presumido. Consideramos nesta apuração somente as empresas com regime de tributação do lucro presumido. **23 Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores Justo-Consolidado:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Em 31 de dezembro de 2022	VJR (Consolidado)	(Consolidado)	(Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	21.531	-	2.896
Fornecedores	-	-	167.623
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.674
Passivo de arrendamento	-	-	10.759
Partes relacionadas	-	-	-

Ativos financeiros a custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021	VJR (Consolidado)	(Consolidado)	(Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	163.160	-	4.108
Fornecedores	-	-	160.893
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.231
Passivo de arrendamento	-	-	159.384
Partes relacionadas	-	-	-

Outros passivos financeiros

Valor justo (Nível 2)-Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis. a. Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de mercado. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros. (i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. As empresas que compõe o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado. A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias. Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de "Caixa e equivalentes de caixa" foi de R\$ 21.531 (2021: R\$ 163.160). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha. (ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente
--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas nºs 7.b. e 18 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração.

As variações da geração da energia e consequentemente no reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas. - Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; - Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária, análise dos comprovantes de aceitação do cliente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

GDPar SR Participações em Projetos Solares S.A.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas Financeiras	4.093	2.198	5.330	2.288
Outras receitas	3	-	14	-
Total	4.096	2.198	5.344	2.289

Despesas Financeiras

a) De empréstimos e financiamentos (a)	(23.420)	(3.129)	(23.420)	(3.129)
--	----------	---------	----------	---------

Juros sobre arrendamentos

Amortização dos custos dos empréstimos (a)	(1.002)	(159)	(1.002)	(159)
--	---------	-------	---------	-------

Despesas bancárias

Outras despesas	(1)	(1)	(15)	(14)
-----------------	-----	-----	------	------

Total

a) Decorrente das 20 notas promissórias emitidas em outubro de 2021 (vide nota explicativa 15).	(20.327)	(1.091)	(20.279)	(1.437)
---	----------	---------	----------	---------

22 Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro presumido

Receita com prestação de serviços

Percentual de presunção	35.770	5.896	32%	32%
Base de cálculo após presunção	11.446	1.887		
Receita financeira	14	72		
Base de Cálculo	11.460	1.959		

IRPJ-15%

Adicional IRPJ-10%	1.717	294		
CSLL-9%	1.274	126		
Total de IRPJ e CSL	1.030	176		
Total de IRPJ e CSL	4.021	596		

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estão enquadradas no regime de tributação do lucro presumido. Consideramos nesta apuração somente as empresas com regime de tributação do lucro presumido. **23 Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores Justo-Consolidado:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Em 31 de dezembro de 2022	VJR (Consolidado)	(Consolidado)	(Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	21.531	-	2.896
Fornecedores	-	-	167.623
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.674
Passivo de arrendamento	-	-	10.759
Partes relacionadas	-	-	-

Ativos financeiros a custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021	VJR (Consolidado)	(Consolidado)	(Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	163.160	-	4.108
Fornecedores	-	-	160.893
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.231
Passivo de arrendamento	-	-	159.384
Partes relacionadas	-	-	-

Outros passivos financeiros

Valor justo (Nível 2)-Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis. a. Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de mercado. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros. (i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. As empresas que compõe o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado. A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias. Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de "Caixa e equivalentes de caixa" foi de R\$ 21.531 (2021: R\$ 163.160). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha. (ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente
--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

</

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E54C-7665-BFEE-68C2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E54C-7665-BFEE-68C2



Hash do Documento

22501F9E6F0A56C1CDEBAB9E61C8C372F5587257A18371D255E6BFD3137A4497

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

- Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em
30/03/2023 21:16 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS
LTDA - 05.687.343/0001-90



LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/gdpar-sr-participacoes-em-projetos-solares-s-a/

The logo for 'Empresas & Negócios' features the word 'Empresas' in a dark red serif font, '&' in a smaller grey font, and 'Negócios' in a blue serif font. A blue triangle points down to the left of the ampersand, and a blue triangle points right to the right of the ampersand.

Empresas
& Negócios